

編號：第 289/2011 號 (刑事上訴案)

上訴人：A(XX 裝修工程的持有人)

日期：2015 年 7 月 16 日

主要法律問題：

- 在說明理由方面出現不可補救之矛盾
- 審查證據方面的明顯錯誤
- 追訴時效

摘 要

1. 考慮到上訴人與員工之間的勞動關係及上訴人解僱三名員工的事實，原審法院因上訴人欠付解僱賠償及預先通知金補償而判處其罰金及支付有關賠償金額並無不當之處。

2. 雖然上訴人否認指控，雖然三名員工的工作有變動，但尤其是考慮到上訴人與其合作夥伴關係，以及有關員工在庭審中具體指出由上訴人聘請和安排工作的情況，並結合有關行業的習慣及經驗法則，認定上訴人實施了被指控的行為。

3. 根據上述第 74 條第 1 款規定，考慮到本案事實清晰，賠償計算準確，雖然上訴人輕微違反責任消滅，但原審判決的民事賠償裁決得予以維持。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 289/2011 號 (刑事上訴案)

上訴人：A(XX 裝修工程的持有人)

日期：2015 年 7 月 16 日

一、案情敘述

於 2011 年 2 月 10 日，上訴人 A(XX 裝修工程的持牌人)在初級法院刑事法庭第 CR1-10-0042-LCT 號卷宗內被裁定觸犯三項第 7/2008 號法律第 77 條所規定、及受同法律第 85 條第 3 款第(5)項所處罰的『欠付解僱賠償及預先通知金補償』的輕微違反，每項被判處澳門幣六千三百圓(\$6,300)的罰款，合共澳門幣一萬八千九百圓(\$18,900)。以及，上訴人還須向三名員工 B、C 及 D 合共支付澳門幣四十三萬二千八百圓(\$432,800)解僱賠償及預先通知金補償，及由判決確定日起計至完全付清之法定利息。

上訴人不服，向本院提起上訴，並提出了有關的上訴理由。¹

¹上訴結論部分葡文如下：

1. Os factos dados como provados são incompatíveis entre si e são incompatíveis com a fundamentação probatória da Decisão, contradições estas que não permitem a Decisão encontrada pela MMª Juiz ad quo - cfr. arts. 400º, nº 2 alínea b), 355º, ex vi do art. 360 e 418º do C.P.P. e art. 11º da Lei 6/97/M, de 30 de Julho;
2. A Doute Sentença proferida está viciada por existir Erro Notório na Apreciação da Prova,

檢察院對上訴作出了答覆，並提出相關的理據。²

vício previsto no art. 400º, nº 2, alínea c) do CPP, pois dando como provado quem são as duas entidades patronais dos queixosos, condena por infracção o recorrente, também ele empregado das mesmas, num raciocínio, ressalvado o muito respeito devido, ilógico e imperceptível;

3. Nos termos do disposto no art. 94º do C.P.T., qualquer eventual contravenção perpetrada pelo recorrente prescreveu;
4. Perante os vícios apontados à Douta Sentença recorrida, impor-se-á a absolvição do recorrente, quer de imediato, quer a título subsidiário e caso V.Ex^{as}, Venerandos Juízes, ao abrigo do disposto no art. 415º do C.P.P., decidam renovar a prova como se requer.

NESTES TERMOS, nos melhores de Direito e sempre com o Mui Douto suprimento de Vossas Excelências, deve, pelas apontadas razões, ser julgado procedente o presente recurso, assim se fazendo a esperada e sã JUSTIÇA!

² 檢察院答覆結論部分葡文如下：

I. Do alegado vício de contradição insanável da fundamentação

1. Ora, tendo presente que só ocorre “contradição insanável da fundamentação”, quando se constata incompatibilidade absoluta não ultrapassável através da própria decisão recorrida, entre os factos provados, entre estes e os não provados ou entre a fundamentação probatória e a decisão - vd., v.g., Ac. do T.S.I. de 14 de Dezembro de 2000, Proc. n.º 188/00.
2. A contradição a que se reporta esse vício é só aquela que, como expressamente se postula, se apresente como insanável, irreduzível, que não possa ser ultrapassada com recurso à decisão recorrida no seu todo e às regras da experiência.
3. A contradição pode ser entre a matéria de facto dada como provada ou como provada e não provada, pois pode existir contradição insanável não só entre os factos dados como provados, mas também entre os dados como provados e os não provados, como entre a fundamentação probatória da matéria de facto. A contradição pode existir também entre a fundamentação e a decisão, pois a fundamentação pode apontar para uma dada decisão e a decisão recorrida nada ter com a fundamentação apresentada.
4. Face ao caso e feita uma análise dos factos provados e não provados, bem como da respectiva fundamentação, não se verifica a alegada contradição entre os mesmos.
5. Acresce que na parte da convicção do Tribunal foram já expostos suficientemente os motivos e o raciocínio que justifiquem a decisão recorrida.
6. Pelo que deve improceder esta parte do recurso.

II. Do alegado vício de erro notório na apreciação da prova

7. Ora, tendo presente que o “O erro notório na apreciação de prova nada tem a ver com a eventual desconformidade entre a decisão de facto do Tribunal e aquela que entende adequada o Recorrente, irrelevante sendo, em sede de recurso, alegar-se como fundamento do dito vício, que devia o Tribunal ter dado relevância a determinado meio probatório para formar a sua convicção e assim dar como assente determinados factos, visto que, desta forma, mais não se faz do que pôr em causa a regra da livre convicção do Tribunal.” - vd., v.g., Ac. do T.S.I. de 14 de Outubro de 2004, Proc. n.º 249/2004.
8. Nestes termos, não podemos deixar de considerar que a “questão” em causa se nos mostra relacionada com a “convicção” do Tribunal e não com o imputado “erro notório na apreciação da prova”.
9. A convicção do Tribunal assentou no resultado da análise de todos os elementos

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，經分析案件的具體情況，同意檢察院司法官在其對上訴理由陳述的答覆中提出的觀點和論據，認為上訴人 A 提出的上訴理由不能成立。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 員工 B(持有編號 12XXXXXX(X)的澳門居民身份證，居住於澳門筷子基.....大廈...樓...座，電話: 66XXXXXXX)，於 1993 年 3 月中旬至 2009 年 4 月 10 日期間受僱於嫌疑人 A，擔任

probatórios disponíveis nos autos e produzidos em julgamento, convicção essa que é livre, está consagrado no art.º 114.º do CPPM.

10. Pelo exposto, no nosso modesto entendimento, não existe qualquer alegado vício de “erro notório na apreciação de prova”, previsto na alínea c) do n.º 2 do art.º 400.º do CPPM.

III. Da alegade precrição

11. Sobre a questão de precrição, face aos factos provados elencados na sentença, conjugados com o disposto no artigo 94.º do Código de Processo do Trabalho (CRT), não se verifica neste a tal precrição do procedimento criminal.
12. Mesmo que se entenda que existe, nada impede que o Tribunal arbitra oficiosamente a reparação nos termos dos artigos 100.º do CPT e 74º do CPPM.

Conclusão:

Entendemos que a sentença recorrida não padece dos vícios de contradição insanável para da fundamentação e de erro notório na apreciação da prova (respectivamente previstos nas al. b) e c) do n.º 2 do art.º 400.º do Código de Processo Penal) e não violou o disposto no artigo 94.º do Código de Processo de Trabalho.

Nestes termos, e nos demais de direito deve V. Exas. Venerandos Juizes julgar o recurso improcedente fazendo a habitual Justiça!

泥水師傅，最後工資為日薪澳門幣 480 圓。

2. 員工 C(持有編號 74XXXXXX(X)的澳門居民身份證，居住於中國珠海市灣仔.....路西...號，電話: 66XXXXXXX)，於 1993 年 5 月中旬至 2009 年 4 月 10 日期間受僱於嫌疑人，擔任泥水師傅，最後工資為日薪澳門幣 480 圓。
3. 員工 D(持有編號 74XXXXXX(X)的澳門居民身份證，居住於澳門.....路.....樓...樓..座，電話: 66XXXXXXX)，於 1998 年 6 月中旬至 2009 年 4 月 10 日期間受僱於嫌疑人，擔任泥水師傅，最後工資為日薪澳門幣 480 圓。
4. 上述三名員工自入職起至 2009 年 3 月 26 日一直受僱於嫌疑人工作，並自 1996 年 4 月份嫌疑人所經營的“XX 裝修工程”開業後於該企業任職，期間會按照嫌疑人的指示及在其安排下曾替嫌疑人與 E 所持有的“YY 建築有限公司”所負責的 engineering 工作，亦會按照嫌疑人的指示及在其安排下於 2009 年 1 月份起在 E 所經營的“ZZ 工程”所負責的 engineering 工作。
5. 上述三名員工自入職起至 2009 年 3 月 26 日期間所收取的工資是透過嫌疑人及 E 兩人聯名發出。
6. 嫌疑人於 2009 年 3 月 27 日以“停工”的名義解僱該三名員工，及後沒有再適時安排工作。
7. 上述三名員工於 2009 年 4 月 9 日向勞工事務局作出投訴，表示沒有獲僱主支付解僱賠償及預先通知金補償。
8. 嫌疑人已終止與上述三名員工的勞資關係，但至今仍沒向他們支付相應的解僱賠償及預先通知金補償(具體計算見第 8 至 9 頁的計算表)。
9. 嫌疑人沒有支付員工 B 澳門幣 154,400 圓的解僱賠償及澳門

幣 7,200 圓的預先通知金補償(15 天)，合共澳門幣 161,600 圓。

10. 嫌疑人沒有支付員工 C 澳門幣 152,800 圓的解僱賠償及澳門幣 7,200 圓的預先通知金補償(15 天)，合共澳門幣 160,000 圓。

11. 嫌疑人沒有支付員工 D 澳門幣 104,000 圓的解僱賠償及澳門幣 7,200 圓的預先通知金補償(15 天)，合共澳門幣 111,200 圓。

12. 嫌疑人在自由、自願及有意識的情況下作出上述的行為。

13. 明知此等行為是法律所禁止和處罰的。

另外在庭上亦證明以下事實：

14. 嫌疑人同時在 E 所經營的“ZZ 工程”擔任兼職管工一職。

15. E 在嫌疑人所經營的“XX 裝修工程”擔任管工一職。

16. 自入職起至 2009 年 3 月 26 日期間，E 間中亦會指示該上述三名員工如何工作。

17. 嫌疑人在要求該三名員工停工後，並曾要求上述三名員工到勞工局查詢解僱賠償金額的事宜，亦曾與上述三名員工商討解僱賠償的事宜，但不成功，而嫌疑人其後才再次要求該三名員工“開工”。

18. 嫌疑人月入約澳門幣 200,000 圓，需供養父母，兩名未成年子女，具小學畢業程度。

未獲證明的事實(Factos nao provados) ：沒有。

三、法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 在說明理由方面出現不可補救之矛盾
- 審查證據方面的明顯錯誤
- 追訴時效

1. 上訴人亦認為被上訴的裁判在“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”，存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b)項規定之瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b)項規定，上訴亦得以在說明理由方面出現不可補救之矛盾為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“理由說明中不可補救的矛盾之瑕疵，指事實部分的證據性理據中的矛盾，以及已認定的事實中或已認定的與未認定的事實之間的矛盾。矛盾必須是不可補正、不可克服的，也就是說，依靠被上訴的判決的整體內容和一般經驗法則不能克服。”

根據已證事實，員工 B、C 和 D 分別於 1993 年 3 月、1993 年 5 月及 1998 年 6 月至 2009 年 4 月 10 日期間一直受僱於上訴人，擔任泥水師傅。自 1996 年 4 月上訴人經營的“XX 裝修工程”開業後，有關員工入職於上述公司，並接上訴人的指示及安排替上訴人及 E 所持有的“XX 建築有限公司”所負責的工程工作。而在 2009 年 11 月起，有關二人在 E 所經營的“ZZ 工程”所負責的工程工作。直至 2009 年 3 月 27 日，上訴人以“停工”的名義解僱三名員工。上訴人與三名員工

維持了超過十年的勞動關係。

原審法院所認定的事實之間並不存在任何矛盾。

考慮到上訴人與員工之間的勞動關係及上訴人解僱三名員工的事實，原審法院因上訴人欠付解僱賠償及預先通知金補償而判處其罰金及支付有關賠償金額並無不當之處。

因此，上訴人上述部分的上訴理由並不成立。

2.上訴人亦認為被上訴的裁判“在審查證據方面存在明顯錯誤”，存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定之瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

審查證據方面，原審法院在事實的判斷中說明：

“本法院客觀及綜合分析了嫌疑人 A、有關員工 B、C 及 D、勞

工局督察及一名辯方證人 E 在審判聽證中所作出的聲明，結合在審判聽證中所審查的書證，形成心證。

嫌疑人否認指控，表示有關的三名員工屬臨時散工，自上指的入職日期起僅斷斷續續為其提供工作，最後工作日為 2008 年 12 月 31 日，但自 2009 年 1 月份起已轉職到“YY 建築有限公司”工作，其後又再轉職到 E 所經營的“ZZ 工程”內工作，但又表示曾於 2009 年 3 月 27 日安排上述三名員工工作但遭彼等拒絕。

儘管辯方證人 E 表示員工 B 為其聘請的員工，且社會保障基金的供款資料顯示 E 以“ZZ 工程”的名義自 2006 年 1 月份起替該員工作出供款，然而，根據涉案的三名員工的聲明，結合卷宗內的資料書證，本法院認為即使有關的三名員工於 2009 年 1 月份起替“YY 建築有限公司”及其後替 E 的“ZZ 工程”的工程工作，但尤其考慮到本案嫌疑人 A 與 E 的合作伙伴關係(兩人分別各自經營“XX 裝修工程”及“ZZ 工程”，但又互相在對方的企業內擔任管工職務，且兩人共同持有“YY 建築有限公司”，且兩人一起向本案三名員工簽發支票以支付薪金)，以及有關員工在庭審中具體指出了嫌疑人聘請和如何安排彼等提供工作及收取報酬的具體情況(有關員工具體不會考慮被僱主安排工作的工程屬誰人承包)，結合有關行業的習慣及經驗法則，本法院認為本案三名員工的版本較嫌疑人所述的內容更為可信及符合常理，該三名員工在嫌疑人的安排下被借調到其他工程公司工作，但彼等長期及一直受僱於嫌疑人並按其指示提供工作，但嫌疑人其後以“停工”的名義將彼等解僱(即使後來再次要求該三名員工“開工”，事實上原來的勞動關係已結束)，故此，本法院認定嫌疑人實施了上述被歸責的事實。”

正如助理檢察長在其意見書中指出，“雖然上訴人否認指控，雖然三名員工的工作有變動，但尤其是考慮到上訴人與E的合作夥伴關係(兩人互相在對方的公司擔任管工職務，兩人共同持有“YY 建築有限公司”，並且兩人一起向三名員工簽發支票支付薪金)以及有關員工在庭審中具體指出由上訴人聘請和安排工作的情況，並結合有關行業的習慣及經驗法則，認定上訴人實施了被指控的行為。”

經分析上述的證據，可合理且顯而易見地得出原審法庭所認定的事實，並不存在上訴人所提出的錯誤。

上訴人提出的理據只能作為其本身心證的依據，並不能取代法院的心證（《刑事訴訟法典》第 114 條）。

因此，上訴人上述部分的上訴理由亦不成立。

3. 上訴人認為三名員工在 2006 年 12 月前已不在上訴人的公司工作，因此，他們的訴權因時效而消滅。

根據《勞動訴訟法》第 94 條規定：

“一、自違法行為完成之日起經過兩年，有關輕微違反的訴權因時效完成而消滅。

二、將定出審判日期的批示通知嫌疑人，或按第十二條第二款及第三款的規定通知公設辯護人，上述時效即中斷。”

根據《刑法典》第 112 條規定：

“一、除法律特別規定之情況外，追訴時效亦在下列期間內中止：

a) 因無法定許可或無非刑事法院所作之判決，或因必須將一審理前之先決問題發回予非刑事法庭，又或因訴訟程序之暫時中止，而依法不能開始或繼續刑事程序期間；

b) 自作出控訴通知時起刑事程序處於待決狀態期間，但屬缺席審判之訴訟程序除外；或

c) 行為人在澳門以外服剝奪自由之刑罰或保安處分期間。

二、如屬上款b項所規定之情況，中止之時間不得超逾三年。

三、時效自中止之原因終了之日起再度進行。”

根據《刑法典》第 113 條規定：

“一、在下列情況下，追訴時效中斷：

a) 作出行為人以嫌犯身分被訊問之通知；

b) 實施強制措施；

c) 作出起訴批示或具相同效力之批示之通知；或

d) 定出在缺席審判之訴訟程序中進行審判之日。

二、每次中斷後，時效期間重新開始進行。

三、在不計算中止之時間下，自追訴時效開始進行起，經過正常之時效期間另加該期間之二分之一時，時效必須完成；但基於有特別規定，時效期間少於兩年者，時效之最高限度為該期間之兩倍。”

上訴人提出，由於三名員工已在 2006 年 12 月前與上訴人公司結束了勞資關係，而上述員工到勞工事務局作出投訴時已超過兩年的期間，因此他們的訴權已因時效完成而消滅。

然而，根據已證事實，三名員工一直受僱於上訴人，直至 2009 年 3 月 27 日，上訴人以“停工”名義解僱三名員工，在三名員工作出

投訴時仍未過時效。

因此，上訴人所提出的上訴理由並不成立。

但是，根據原審法院認定的事實，上訴人於 2009 年 3 月 27 日以“停工”的名義解僱三名員工，三名員工於 2009 年 4 月 9 日向勞工事務局作出投訴，原審法院於 2010 年 11 月 24 日通知上訴人控訴書以及有關的審判日期(參看本卷宗第 210 頁)。

根據《刑法典》第 112 條第 1 款 b)項、第 2 款，以及第 113 條第 3 款規定，本案輕微違反的時效在今天已告屆滿。

根據《刑事訴訟法典》第 74 條規定：

“一、如無依據第六十條及第六十一條之規定在有關刑事訴訟程序中或透過獨立之民事訴訟提出民事損害賠償請求，則當出現下列情況時，即使有關判決為無罪判決，法官亦須在判決中裁定給予一金額，以彌補所造成之損害：

a) 該金額係為合理保護受害人之利益而須裁定者；

b) 受害人不反對該金額；及

c) 從審判中得到充分證據，證明依據民法之準則而裁定給予之彌補之前提成立及應裁定給予有關金額。

二、在上款所指之情況下，就調查證據方面，法官須確保尊重辯論原則。

三、上條之規定，相應適用於裁定有關彌補之判決。”

根據上述第 74 條第 1 款規定，考慮到本案事實清晰，賠償計算準確，雖然上訴人輕微違反責任消滅，但原審判決的民事賠償裁決得

予以維持。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人的上訴理由不成立。

合議庭依職權宣告對上訴人的輕微違反責任因時效屆滿而消滅。

維持原審判決民事賠償的裁決。

判處上訴人繳付 6 個計算單位之司法費以及上訴的訴訟費用。

著令通知。

2015 年 7 月 16 日

譚曉華（裁判書製作人）

蔡武彬（第一助審法官）

陳廣勝（第二助審法官）